

CARTA-COMPROMISSO ÀS CANDIDATURAS DEMOCRÁTICAS, ANTIFASCISTAS E COMPROMETIDAS COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA, A SOBERANIA NACIONAL E OS DIREITOS SOCIAIS DO BRASIL

A educação pública vive um momento decisivo. O avanço da austeridade fiscal, da financeirização do Estado, das privatizações, da precarização do trabalho e da mercantilização dos direitos sociais compromete a capacidade do Brasil de construir um projeto soberano de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social e ecossocialista. A superação desse quadro exige financiamento público estável, suficiente, crescente e transparente para a educação, a ciência, a tecnologia e as demais políticas sociais públicas. As renúncias fiscais e a transferência de recursos públicos para instituições privadas aprofundam as desigualdades e reduzem a capacidade de investimento do Estado. Educação, ciência e tecnologia não são despesas a serem reduzidas, mas investimentos estratégicos para o desenvolvimento nacional.

O financiamento público deve assegurar as condições materiais para o funcionamento das instituições e para a continuidade das políticas educacionais e científicas públicas, sem subordinação à lógica do mercado ou da rentabilidade privada.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- revogação do arcabouço fiscal e dos mecanismos permanentes de austeridade que restringem o financiamento das políticas públicas;
- ampliação progressiva dos investimentos públicos em educação, ciência, tecnologia e inovação públicas;
- financiamento público permanente, suficiente e crescente das instituições públicas de ensino e pesquisa;
- revisão das renúncias fiscais que reduzem a capacidade de investimento do Estado;
- fim do financiamento público de instituições privadas de ensino e pesquisa;
- transparência orçamentária e participação social na definição das prioridades e no acompanhamento da execução dos recursos;
- fortalecimento da infraestrutura, da pesquisa, da extensão, da formação docente e das políticas de permanência estudantil socialmente referenciadas.

1. DEFESA DA EDUCAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO

A valorização da educação pública passa por reconhecer que os institutos federais e as universidades públicas federais, estaduais, municipais e distrital, são patrimônio estratégico do povo brasileiro, indispensáveis à produção de conhecimento, à formação crítica e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Defendemos a democratização do acesso, a permanência estudantil e a valorização do trabalho docente e técnico-administrativo, bem como um financiamento público estável e suficiente. As instituições públicas não podem permanecer

submetidas à lógica concorrencial dos editais, à dependência de fundações privadas e emendas parlamentares ou a formas de financiamento subordinadas ao mercado. As instituições públicas devem produzir conhecimento comprometido com a redução das desigualdades, o desenvolvimento nacional e a garantia dos direitos sociais.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- garantir condições dignas de trabalho e valorização das carreiras docente e técnico-administrativa;
- defender uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada;
- a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, orientada pelos interesses da classe trabalhadora;
- o combate à terceirização e a precarização do trabalho;
- o fortalecimento da pesquisa básica, a extensão universitária e a formação crítica;
- a garantia da autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial;
- valorizar as licenciaturas e a formação de professoras e professores;
- a ampliação das políticas de permanência estudantil socialmente referenciadas.

2. CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES, AS AUTARQUIZAÇÕES E O DESMONTE DO ESTADO

Rejeitamos todas as formas de privatização direta ou indireta dos serviços públicos, incluindo autarquizações, terceirizações, parcerias público-privadas e transferência da gestão estatal para Organizações Sociais, por precarizarem o trabalho, reduzirem a capacidade de planejamento do Estado e subordinarem direitos fundamentais à lógica da rentabilidade privada. O desenvolvimento nacional exige capacidade pública de planejamento e investimento, especialmente nos setores essenciais à vida social.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- o fortalecimento das empresas públicas estratégicas;
- a reversão das privatizações;
- a recuperação da capacidade pública de planejamento, investimento e execução de políticas públicas em transporte, energia, saneamento, comunicações e infraestrutura digital e demais políticas públicas;
- a universalização dos serviços públicos essenciais, com qualidade, transparência e a defesa integral do Sistema Único de Saúde;
- o fortalecimento dos hospitais universitários públicos;
- serviços públicos universais, gratuitos, de qualidade e socialmente referenciados.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E INSTITUTOS FEDERAIS

A democratização das instituições públicas de ensino é condição para sua autonomia e seu compromisso social. A defesa da democracia exige participação popular, autonomia dos movimentos sociais e sindicais e participação efetiva da comunidade acadêmica nos processos de decisão.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- o fim da lista tríplice para escolha de dirigentes nas universidades estaduais, municipais e distrital;
- eleições democráticas com participação efetiva da comunidade acadêmica, pelo voto paritário ou universal;
- o fortalecimento dos órgãos colegiados;
- fim das ingerências externas de governos;
- a ampliação da participação social e da transparência institucional;
- o respeito à autonomia universitária prevista na Constituição Federal.

4. SEGURANÇA DE DIREITOS, DESENCARCERAMENTO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

A formação histórica do Estado brasileiro, marcada por mais de quatro séculos de escravidão e por uma modernização conservadora, tem na violência racial um elemento estrutural. A política de segurança pública mantém práticas fundadas na lógica do inimigo interno, na criminalização da pobreza, na guerra às drogas e na repressão a movimentos sociais, estudantis, sindicais e populares.

A defesa da democracia exige uma política de segurança de direitos, orientada pela proteção da vida, pelos direitos humanos e pelo enfrentamento das desigualdades.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- a desmilitarização das corporações policiais e mecanismos efetivos de controle social e transparência;
- a redução do encarceramento e descriminalização da maconha e de outras drogas;
- o respeito ao caráter cautelar das prisões provisórias e superação da excepcionalidade na execução penal;
- o enfrentamento à violência de Estado e fortalecimento dos movimentos de familiares de vítimas e de pessoas em situação de cárcere;
- a defesa da Reforma Psiquiátrica e enfrentamento ao sucateamento da rede de saúde mental e à retomada da lógica manicomial;
- a rejeição de iniciativas de redução da idade penal e defesa da proteção integral de crianças e adolescentes;

- a prioridade às políticas de educação, saúde, cultura, moradia, trabalho e assistência social;
- o respeito integral aos direitos humanos e às liberdades democráticas.

5. SOBERANIA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DIGITAL

Não haverá desenvolvimento soberano sem ciência pública, tecnologia nacional e autonomia digital. A dependência de plataformas privadas, grandes corporações tecnológicas e empresas estrangeiras ameaça a soberania científica, a proteção dos dados públicos, a autonomia universitária e a capacidade nacional de produzir conhecimento. A internacionalização da ciência deve fortalecer a cooperação entre os povos e a produção do conhecimento como bem comum, jamais subordinar a pesquisa brasileira a interesses econômicos, militares ou estratégicos de potências estrangeiras.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- a valorização da ciência básica e a pesquisa orientada pelo interesse público;
- a valorização dos institutos públicos de pesquisa;
- o fortalecimento das empresas públicas de ciência e tecnologia;
- o desenvolvimento da infraestrutura pública digital para educação, pesquisa, extensão e administração públicas;
- o incentivo ao software livre, às tecnologias livres e aos padrões abertos;
- a proteção dos dados públicos e estratégicos produzidos pelo Estado brasileiro;
- o fortalecimento da capacidade nacional de processamento, armazenamento e gestão de dados;
- a proteção do patrimônio científico e tecnológico e as patentes produzidas com recursos públicos;
- o combate à captura da produção científica, tecnológica ou de inovação por interesses privados, militares ou geopolíticos incompatíveis com a autonomia universitária;
- a regulamentação das big techs;
- a promoção da cooperação científica internacional baseada na solidariedade, reciprocidade, paz e produção compartilhada do conhecimento, rejeitando o colonialismo científico e tecnológico.

6. EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E SOBERANIA TERRITORIAL

A emergência climática exige superar um modelo de desenvolvimento baseado na exploração predatória da natureza, na financeirização dos bens comuns e na mercantilização da vida. A justiça climática é inseparável da justiça social, pois seus impactos recaem de forma desproporcional sobre a classe trabalhadora, comunidades periféricas, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais populações tradicionais.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- a proteção das águas, florestas, biomas e territórios indígenas, quilombolas e tradicionais;
- o combate ao avanço predatório da mineração, inclusive sobre terras raras e outros recursos;
- o fortalecimento da agroecologia, da agricultura familiar e da soberania alimentar;
- investimentos públicos em mobilidade urbana ativa e transporte coletivo de qualidade;
- as políticas de adaptação climática, prevenção de desastres e proteção das populações vulnerabilizadas;
- a descarbonização da economia e enfrentamento à dependência de combustíveis fósseis;
- a revogação do PL da Devastação e da legislação de autolicensing ambiental;
- a revogação do REDATA, diante de seus impactos sobre estados e municípios;
- o fim dos incentivos e isenções fiscais para a implantação de data centers;
- a revogação da legislação de regulação dos agrotóxicos;
- o enfrentamento ao marco temporal;
- o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

7. DEFESA DOS DIREITOS TRABALHISTAS E REVOGAÇÃO DAS CONTRARREFORMAS

Direitos conquistados pela classe trabalhadora vêm sendo atacados por contrarreformas que ampliam a apropriação privada da riqueza social e reduzem a proteção do trabalho.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- a revogação das contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, federais, estaduais, municipais e distrital;
- a revogação das medidas infraconstitucionais associadas às propostas de reforma administrativa;
- a interrupção dos projetos de reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional;
- a revogação das reformas administrativas estaduais, municipais e distrital;
- a defesa da previdência pública e de aposentadorias e pensões dignas;
- o enfrentamento às formas de privatização e financeirização da previdência;
- a revogação das medidas que ampliam a precarização e retiram direitos trabalhistas;
- o fim da escala 6x1;
- o cumprimento dos acordos de greve e valorização dos direitos conquistados pela mobilização dos trabalhadores.

8. DEMOCRACIA, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICA INTERNACIONALISTA

O compromisso com a defesa da democracia e da soberania nacional são dimensões inseparáveis de um mesmo projeto político: não há democracia substantiva quando as decisões

sobre os recursos públicos, as políticas sociais e os rumos do desenvolvimento nacional são condicionados por interesses econômicos e poderes externos; da mesma forma, a soberania só se realiza plenamente quando o povo participa das decisões que definem os destinos do país e tem assegurados seus direitos. Por isso, democratizar de fato o Estado exige ampliar a participação popular, a transparência e ampliar políticas públicas, enfrentar as desigualdades e as opressões, combater o feminicídio, o capacitismo, o etarismo, a lgbtqia+fobia, a misoginia, o racismo, a violência de gênero, a xenofobia e toda forma de assédio. Exige também preservar a capacidade do Estado de financiar direitos sociais, enfrentando mecanismos que a comprometem, como o atual modelo de endividamento e pagamento da dívida pública. Essa concepção de democracia e soberania se projeta para a política internacional, em uma perspectiva anticolonial, baseada na autodeterminação dos povos, na paz, na oposição a toda forma de dominação, ocupação e apartheid e na construção de relações internacionais fundadas na cooperação e na solidariedade entre os povos.

Que as candidaturas signatárias assumam o compromisso com:

- o enfrentamento a toda forma de opressão e assédio;
- a ampliação e o fortalecimento das políticas de cotas;
- a transparência e a participação social na definição das políticas públicas;
- a auditoria da dívida pública e revisão do modelo de pagamento que compromete recursos destinados às políticas sociais;
- uma política externa soberana, pela paz, internacionalista, anticolonial, de solidariedade entre os povos e pela construção de uma frente internacional de solidariedade antifascista;
- a defesa da autodeterminação dos povos e oposição às formas de dominação colonial, ocupação e apartheid;
- a solidariedade ao povo palestino, denúncia do sionismo enquanto projeto de colonização e defesa do fim da ocupação, do genocídio e da limpeza étnica contra a população palestina;
- a defesa do fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba;

A disputa política não se encerra nas eleições. Conclamamos as candidaturas a assumir publicamente, de forma nítida e inequívoca, os compromissos apresentados nesta carta e a incorporá-los à sua atuação política e institucional, colocando-os no centro de suas decisões e de sua relação com a sociedade. Esse compromisso é também um chamado à reconstrução da confiança na política como instrumento de transformação social e de exercício da democracia.

Seguiremos mobilizados, nas ruas, nas universidades, nos locais de trabalho e nos espaços de organização coletiva, para acompanhar, cobrar e exigir o cumprimento desses compromissos, defender a educação e os serviços públicos, a autonomia universitária, os direitos sociais e a soberania nacional.